



Enase 2006

Promoção: Grupo Canal Energia

Claudio J. D. Sales

Presidente

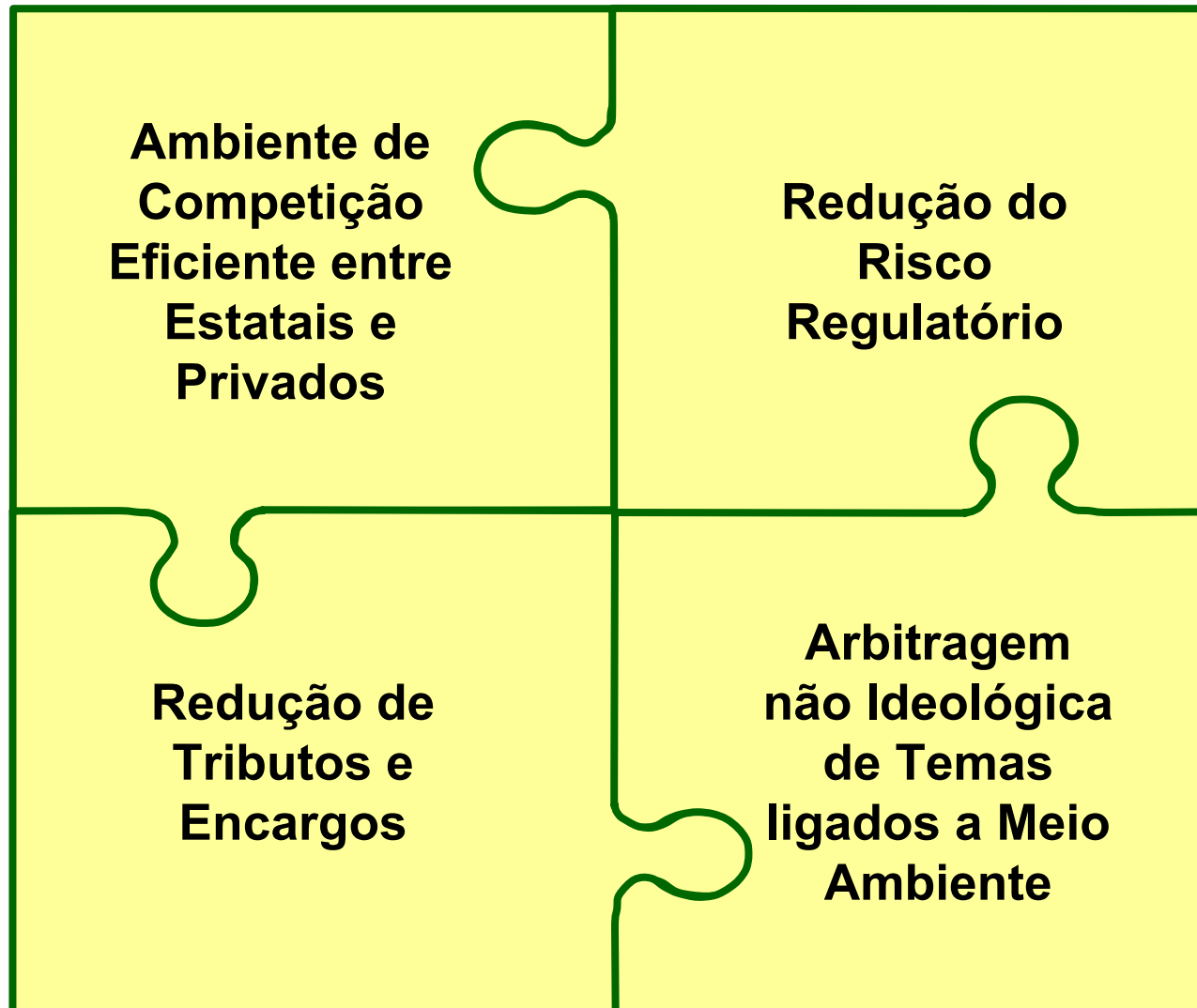
Instituto Acende Brasil

Desenvolvimento Sustentável

Desafios 2007/2010

Hotel Transamérica, São Paulo

8 de Agosto de 2006



**Ambiente de
Competição
Eficiente entre
Estatais e
Privados**

**Redução do
Risco
Regulatório**

**Redução de
Tributos e
Encargos**

**Arbitragem
não Ideológica
de Temas
ligados a Meio
Ambiente**

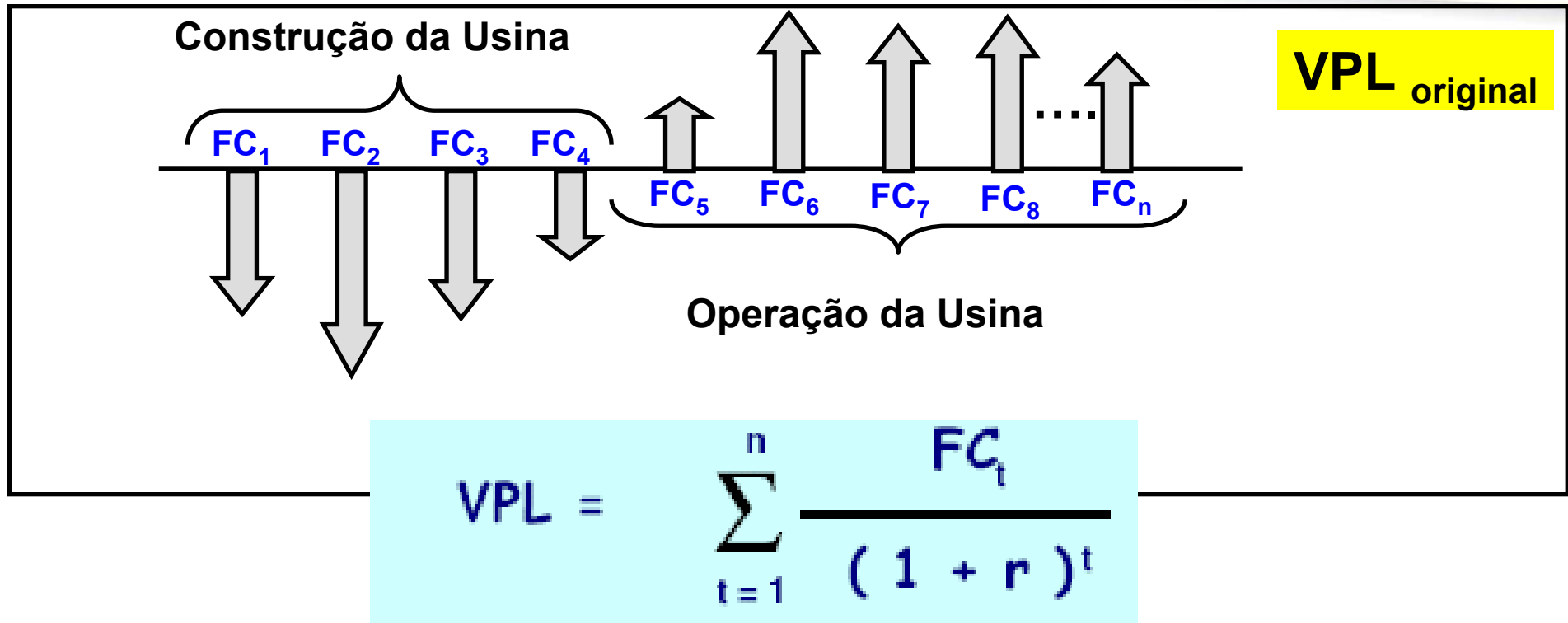
- Escolhas que levem em conta a melhor relação entre o custo ambiental e o preço da energia

- 1) O Crescimento tem que ser ambientalmente sustentável
- 2) Qualquer projeto de energia interfere no ambiente e gera custos que devem ser compensados
- 3) **Compensação ambiental imputada ao projeto NÃO PODE SER:**
 - **Compensação social para “injustiças sociais” pré-existentes**
 - **Fonte de negócio para especuladores**
 - **Justificativa de emprego para “movimentos organizados”**
 - **Moeda de troca política**

Os impasses ambientais expressam a indefinição em 4 níveis:

- **QUEM: Responsáveis e “afetados” legítimos**
- **COMO: Processo de análise e de fluxo de informações**
- **QUANDO: Cronograma com prazos determinados**
- **QUANTO: Compensações e custos**

Materializando a Imprevisibilidade Ambiental em Números



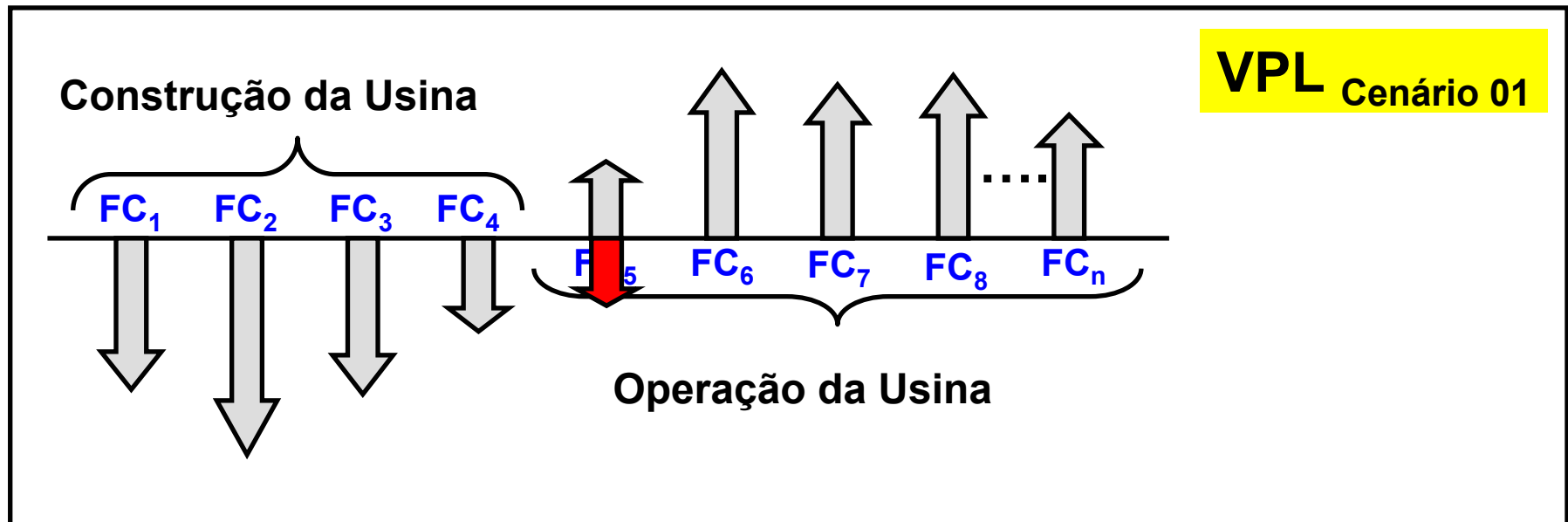
O Valor Presente Líquido do projeto é afetado de 3 maneiras:

1. Pela diminuição ou atraso das receitas
2. Pelo aumento ou antecipação dos custos
3. Pelo aumento do risco expresso pela taxa de desconto

O Efeito Perverso dos Atrasos = Cenário 01

Simulando o ATRASO DE RECEITAS:

1. Por mudanças de exigências no processo de licenciamento
2. Por interferência na fase de construção



VPL Cenário 01

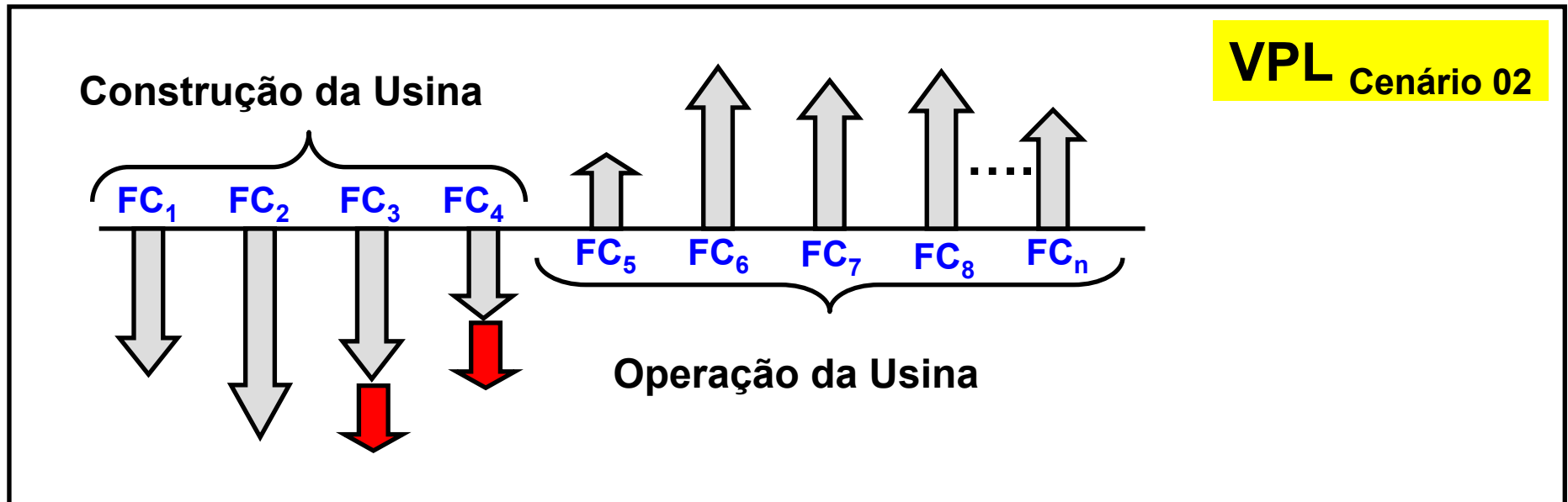
<

VPL original

O Efeito Perverso dos Custos Crescentes = Cenário 02

Simulando o AUMENTO DE CUSTOS:

1. Por novas compensações ambientais, sociais etc
2. Por atrasos no cronograma (recontratações, multas etc)



VPL Cenário 02

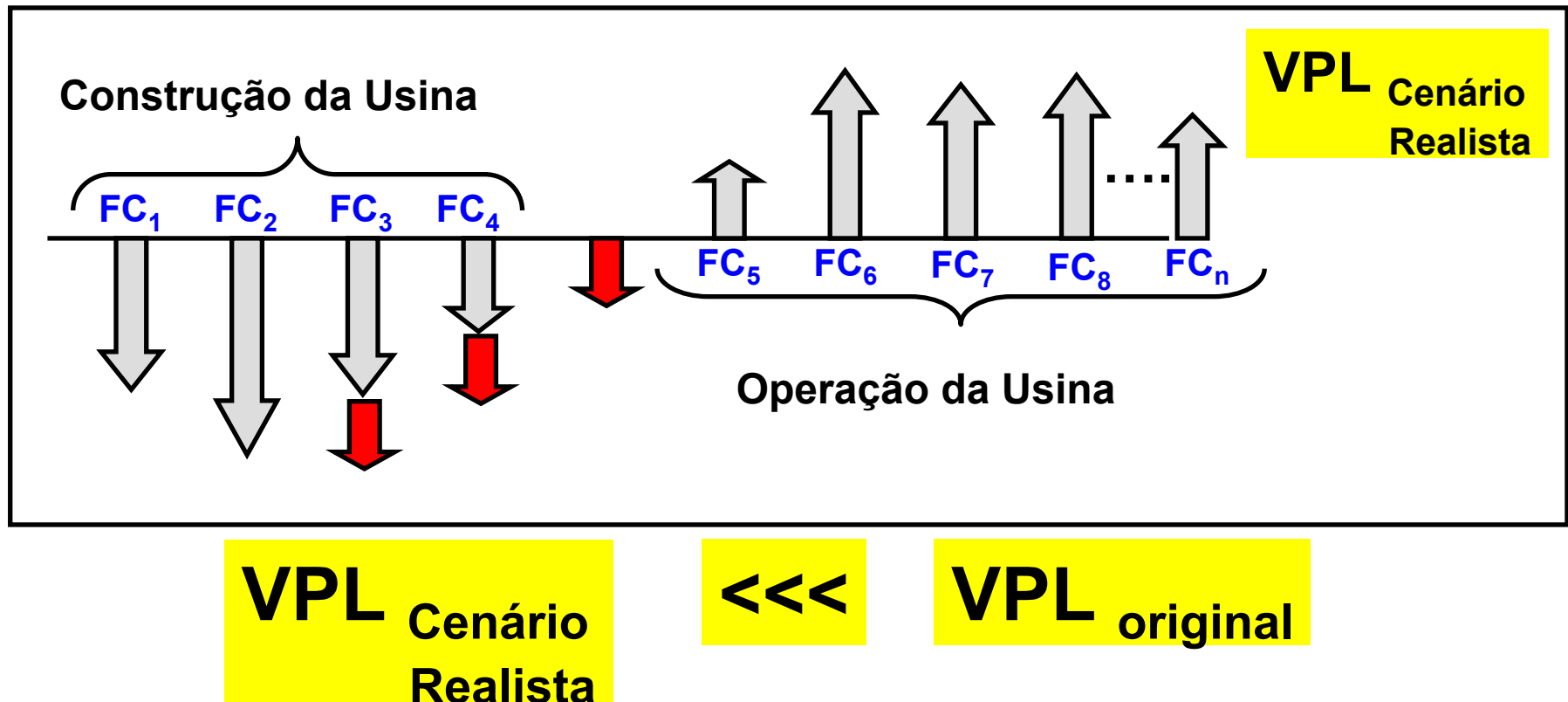
<

VPL original

Cenário Mais Realista... Lamentavelmente!!

Os empreendedores têm enfrentado um Cenário que combina:

- AUMENTO DE CUSTOS e
- ATRASOS DE RECEITAS



**Metas e
Propostas**

Legitimidade Representativa:

- **Especuladores e oportunistas devem ser isolados e responsabilizados**

Transparência e Celeridade no Processo de Decisão:

- **“Sim” ou “Não”, e porque (rapidamente!)**

Previsibilidade:

- **exigências e custos devem ser pré-definidos**
- **e mantidos... e mantidos... e mantidos...**

- **Transparência ao CMSE**
- **Participação Privada no CNPE**
- **Governança Corporativa nas Estatais**
- **Eficiência nas Regras de Leilão**

**Ambiente de
Competição
Eficiente entre
Estatais e
Privados**

**Redução do
Risco
Regulatório**

**Redução de
Tributos e
Encargos**

**Arbitragem
não Ideológica
de Temas
ligados a Meio
Ambiente**

Metas e Propostas

- Restabelecer força e influência do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)
- Participação de empreendedores privados nas reuniões do CNPE e do CMSE (Conselho de Monitoramento do Sistema Elétrico)
- Publicação das atas do CMSE 5 dias úteis após cada reunião
- Fim da participação de executivos do governo que ocupam cargos de conselho de estatais na concepção de regras de leilões e outros processos competitivos
- Definir critérios de governança que explicitem metas de rentabilidade das estatais, com auditoria pré-definida

Leilão de Energia Velha de Dez/2004

- Maciça participação de estatais (93,4% da energia vendida)
- Mercado penalizou ações das estatais devido aos preços predatórios (-20%)

	2005-08	2006-08	2007-08
Vendedor	Energia (MWh)	Energia (MWh)	Energia (MWh)
Estatais	587.181.744	460.530.576	66.200.832
Privadas	47.757.168	15.077.520	15.989.184
TOTAL	634.938.912	475.608.096	82.190.016

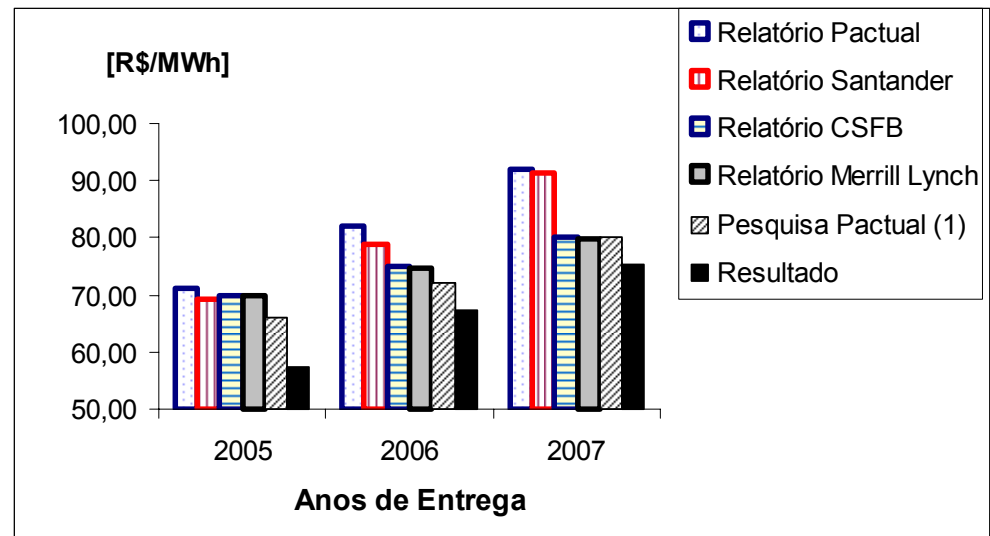
Total Energia Vendida (MWh)	
1.113.913.152	93,4%
78.823.872	6,6%
1.192.737.024	100,0%

93,4% da energia vendida foi estatal

Efeito sobre as ações

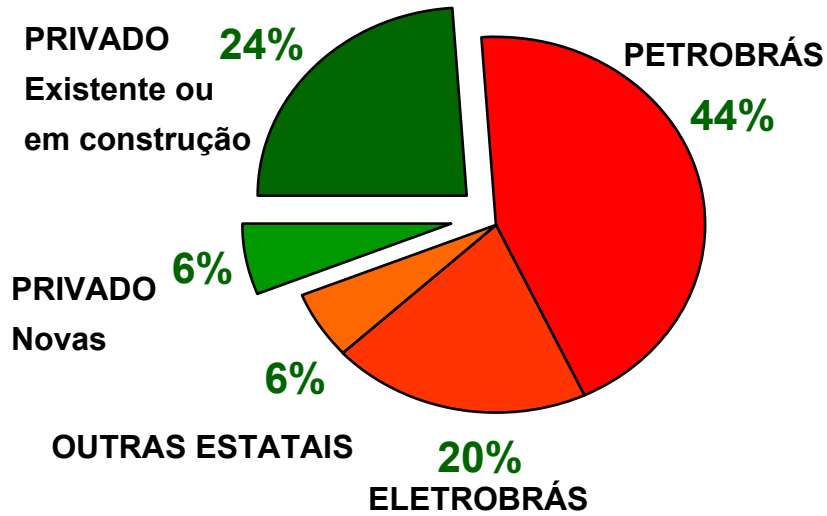
	07 Dez 2004	08 Dez 2004	07 e 08 Dez 2004
Eletronorte ON	-9,80%	-13,00%	-21,53%
Eletrobras ON	-9,24%	-11,94%	-20,08%
Cesp PN	-9,67%	-10,37%	-19,04%
Copel PNB	-7,83%	-4,58%	-12,05%
Cemig PN	-5,42%	-2,72%	-7,99%
Celesc PNB	-3,50%	-1,81%	-5,25%
Cemig ON	-1,81%	-2,07%	-3,84%
Light ON	-2,22%	0,97%	-1,27%
Eletrobras PNB	-3,71%	2,89%	-0,93%
Tractebel ON	-0,10%	0,43%	0,33%
Trans. Paulista PN	-0,46%	2,11%	1,64%
IEE	-4,15%	-2,16%	-6,22%
Ibovespa	-2,51%	-0,08%	-2,59%

Previsões de Preços dos Analistas

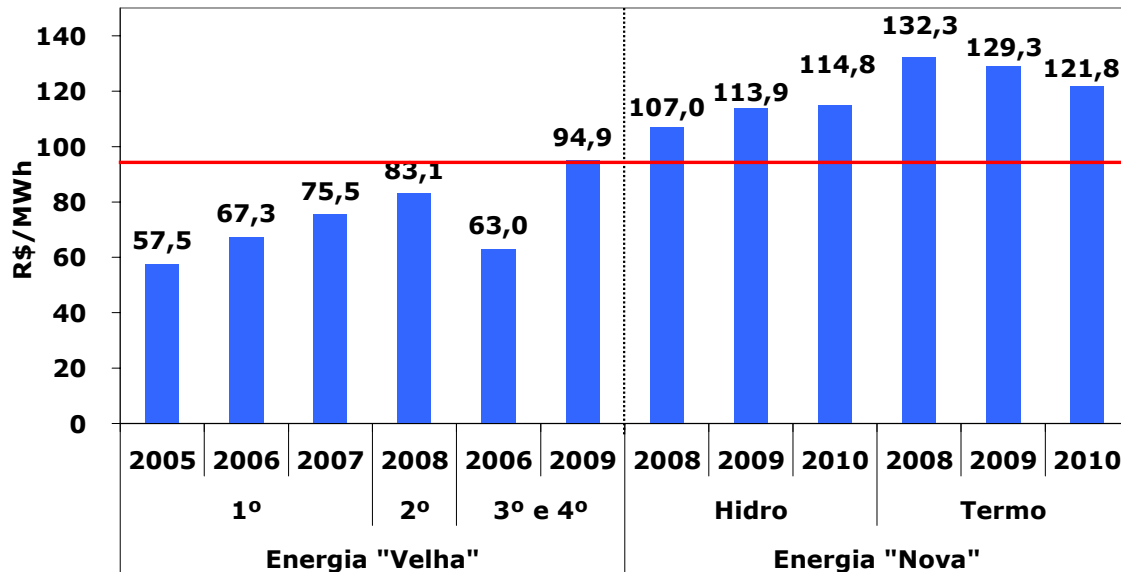


Leilão de Energia Nova de Dez/2005

Origem de Capital e Preços



- 70% da energia vendida foi estatal
- 70% da energia vendida de origem térmica



- Segregação produzida pelo conceito "energia velha / energia nova" destruiu bilhões de dólares para geradores existentes, estatais e privados

Leilão de Energia Nova de Dez/2005

Conclusões

- Demandas de 2008 e 2009 não atendidas:
 - 2008: 49% do incremento do mercado cativo
 - 2009: 53% do incremento do mercado cativo
- Governo passou a comunicar “não atendimento em relação à demanda total”. Anteriormente comunicava “não atendimento em relação à demanda do leilão”.

**Baixa Transparência
nas Informações**

- Preço-limite baixo pode ter barrado, na 1a. Fase, hidrelétricas mais baratas que termelétricas vencedoras

**Modicidade
Tarifária
prejudicada**

- Cortes de demanda durante o leilão:
 - sugerem a fixação arbitrária de preço pelo leiloeiro;
 - excluem competidores;
 - no limite expõem o consumidor à falta de energia ou ao preço *spot* (muito mais alto em cenários de escassez)

**Regras instáveis e
artificiais**

Metas e Propostas

- **Transparência na comunicação dos resultados:**
Comunicar índice de atendimento em relação à demanda prevista para o leilão (e não em relação à demanda total)
- **Eliminação ou aumento do preço-teto:**
Preço-teto baixo impõe regra artificial e afasta investidores que buscam racionalidade e investimentos sustentáveis
- **Eliminação dos cortes de demanda:**
Cortes de demanda distorcem o leilão e dão ao leiloeiro o poder de formar preços e eliminar competidores
- **Solução do limite para compensação da UBP:**
Viabilizando projetos mais adiantados e mais competitivos
- **Transparência no comportamento das estatais:**
Garantindo a preservação do patrimônio do Estado e preservando a isonomia competitiva com privados

**Ambiente de
Competição
Eficiente entre
Estatais e
Privados**

**Redução do
Risco
Regulatório**

- **Autonomia e Força para a ANEEL**
- **Regulação por Incentivos que premie a eficiência**

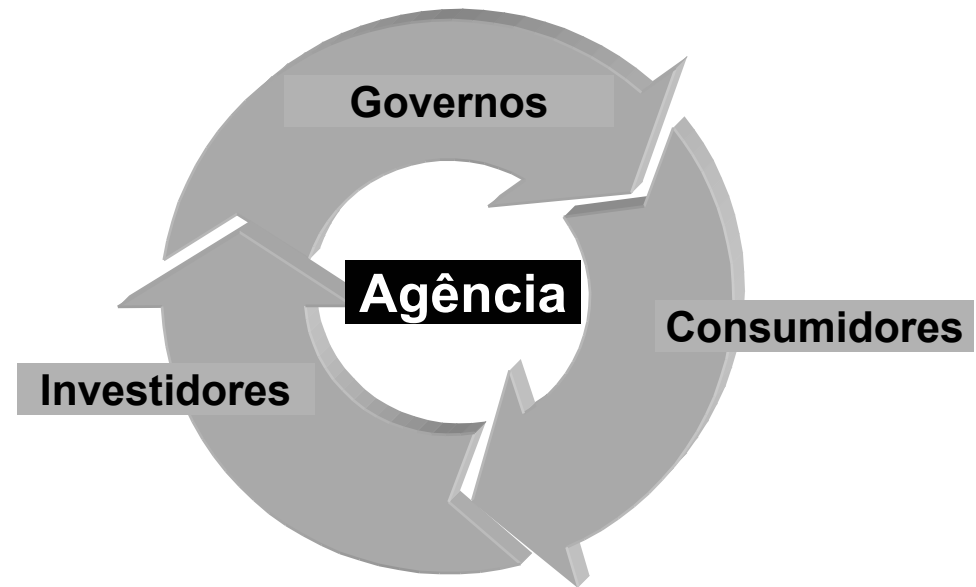
**Redução de
Tributos e
Encargos**

**Arbitragem
não Ideológica
de Temas
ligados a Meio
Ambiente**

TEORIA DA CAPTURA:

- Setor com altos custos fixos e longa maturação de investimentos
- Governo “tem incentivo” para não honrar seus compromissos

Missão das Agências



Assegurar neutralidade entre governos, consumidores e investidores:

- Agente de Estado (imune às pressões de Governos)
- Visão de longo prazo / guardião do consumidor do futuro
- Comportamento técnico e apolítico

O Contingenciamento de Recursos da ANEEL

[R\$ Milhões]	2001	2002	2003	2004	2005
Orçado	162	175	202	219	271
Liberado	161	112	86	86	
Contingenciamento	< 1%	36%	57%	61%	> 50%*

90% das Receitas da ANEEL são oriundas da Taxa de Fiscalização, embutida na Tarifa, o que corresponderia a 0,24% da Tarifa em 2003

Opção 1:

Acabar com Contingenciamento para melhorar qualidade de Regulação e Fiscalização da ANEEL (Consumidor já paga por essa qualidade)

Opção 2:

Desonerar Tarifa (Impacto estimado de - 0,15%) (*) e acabar com apropriação indevida de recursos

(*) Declaração do Diretor Geral da ANEEL no "III Forum CBIEE – Agenda 2020", em 23 de Maio de 2006

Metas e Propostas

- **Fim do contingenciamento da ANEEL ou redução da taxa de fiscalização**
- **Aprimoramento da Estrutura Organizacional da ANEEL**
- **Planos de Carreira e Capacitação Nacional e Internacional**
- **Aumento da remuneração dos profissionais da ANEEL para compatibilizá-la com a responsabilidade que detêm**
- **Projeto de Lei das Agências Reguladoras:**
 - **Substituição por Plano de Trabalho (plano elaborado pela Agência e ajustado com Ministério da área)**
 - **Prestação de contas ao Congresso**
 - **Não cumprimento de metas não deve implicar contingenciamento de recursos pelo Executivo**
 - **Fim da figura do Ouvidor**

Autonomia e Regulação por Incentivos

- Além da ANEEL, outras entidades passam a “regular” a tarifa (TCU, MP etc)

**Autonomia
Regulatória**

- Abordagem crescentemente invasiva
- Normatização excessivamente detalhista
- Regulação descolada da realidade das empresas
- Falta de autonomia para decisões financeiras

**Abandono da
Regulação por
Incentivos**

Metas e Propostas

- **Considerar a rentabilidade de todo o período da concessão nas revisões tarifárias**
- **Retomar a Regulação por Incentivos nos critérios para Revisões Tarifárias**
- **Proteger a ANEEL de interferências regulatórias partindo do Judiciário, Ministério Público, TCU e outras entidades**
- **Blindar as tarifas contra pressões políticas**
- **Considerar impactos tarifários para os níveis de qualidade exigidos**

Desafios 2007/2010 para o Desenvolvimento Sustentável

- **Aumentar Renda Disponível da população**
- **Possibilitar aumento de consumo sem aumento de tarifa**
- **Aumentar a capacidade de investimento das empresas**
- **Aumentar produção e competitividade da indústria**

**Ambiente de
Competição
Eficiente entre
Estatais e
Privados**

**Redução do
Risco
Regulatório**

**Redução de
Tributos e
Encargos**

**Arbitragem
não Ideológica
de Temas
ligados a Meio
Ambiente**

Tributos e Encargos: amarga sopa de letrinhas

- IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica**
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços**
- ISS – Imposto sobre Serviços**
- PIS/PASEP – Plano de Integr. Social e Prog. de Form. do Patrim. do Servidor Público**
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social**
- CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira**
- ITR – Imposto Territorial Rural**
- IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores**
- IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana**
- INSS – Contribuição ao INSS devida pelo Empregador**
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**
- Outros Encargos – SAT, Salário Educação, Sistema “S”**
- CCC – Conta de Consumo de Combustível**
- RGR – Reserva Global de Reversão**
- TFSEE – Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica**
- ECE – Encargo de Capacidade Emergencial**
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético**
- ONS – Contribuição ao Operador Nacional do Sistema Elétrico**
- CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos**

Grupos de Influência, Impostos e Subsídios

Individualmente, todo imposto/encargo/subsídio é plenamente justificável pelos grupos que se beneficiam...

Imposto para Fiscalização dos Serviços

Subsídio para P&D

Subsídio para Baixa Renda

Subsídio a Fontes Alternativas

Subsídio a Combustível para Sistema Isolado

PIS/COFINS para União

ICMS para Estados

Mas quem paga a conta nunca é consultado sobre a importância relativa e consolidada de cada imposto/subsídio...

Metas e Propostas

- **PIS/COFINS:** retornar para regra anterior
- **ICMS:** tabela de redução gradual da alíquota, levando a alíquota média para 15% em 2020;
- **CCC:** eliminar CCC-isolado, sem expansão irracional de custos de transmissão;
- **INSS:** evitar nova regra de cobrança pela receita
- **TFSEE:** repasse automático para a ANEEL, explícito na conta
- **RGR:** eliminar

